

A. I. Nº - 08730407/01
AUTUADO - JOSÉ COSTA SILVA ARMARINHO
AUTUANTE - MOISÉS PEREIRA CORDEIRO
ORIGEM - IFMT - DAT/NORTE
INTERNET - 31. 01. 2002

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0005-04/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 26/09/2001 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige multa no valor de R\$ 600,00, em razão da realização de operação sem a emissão de documento fiscal, conforme Termo de Visita Fiscal, Termo de Auditoria de Caixa e Nota Fiscal nº 2802 emitida depois de iniciada a ação fiscal.

O autuado apresentou defesa tempestiva, argumentando que, no momento em que foi lavrado o presente Auto de Infração, todas as vendas efetuadas eram referentes a mercadorias com valores inferiores a R\$ 2,00, pois opera como estabelecimento de venda de mercadorias de R\$ 1,99, emitindo as notas fiscais no final do expediente, como autoriza a legislação tributária vigente.

Prossegue afirmando que, no momento da autuação, já havia emitido diversas notas fiscais para as operações superiores a R\$ 2,00, conforme mostra o Termo de Auditoria de Caixa. Ao final, solicita o arquivamento do Auto de Infração.

Na informação fiscal, o autuante afirma que o contribuinte não apresentou, no momento da ação fiscal, as comandas individuais comprobatórias de que as operações relativas à diferença de caixa eram de vendas com valores inferiores a R\$ 2,00. Solicita a procedência da autuação.

VOTO

A Auditoria de Caixa, efetuada pela fiscalização nos estabelecimentos varejistas, é um procedimento fiscal largamente aceito por este CONSEF, desde que seja embasado em provas e devidamente circunstanciado.

Entendo que as provas do cometimento da infração estão acostadas aos autos. O Termo de Auditoria de Caixa (fl. 6) comprova que o autuado efetuou vendas, a consumidor final, sem a emissão de notas fiscais, no dia 26/09/2001, no valor de R\$ 108,10. Para consubstanciar a infração, o autuante, de forma correta, exigiu que o contribuinte emitisse a nota fiscal – série D-1, no valor da diferença apurada e lavrou o presente Auto de Infração para cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação acessória.

A alegação do autuado, de que a diferença constatada na Auditoria de Caixa foi decorrente de vendas inferiores a R\$ 2,00, cuja nota fiscal correspondente seria emitida no final do expediente, não pode ser acatada, pois desprovida de qualquer comprovação da sua veracidade. Além disso, a emissão da Nota Fiscal nº 2802 (fl. 7) constitui um reconhecimento da infração cometida.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 08730407/01**, lavrado contra **JOSÉ COSTA SILVA ARMARINHO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 600,00**, prevista no art. 42, XIV-A, da Lei nº 7014/96, acrescentado pela Lei nº 7438/99 e alterada pela Lei nº 7753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de janeiro de 2002.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANSELMO LEITE BRUM - JULGADOR